

CARGO:

ORIENTADOR PROJOVEM – TNS GRUPO A

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica azul (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. Eventuais erros no caderno de provas ou no cartão-resposta referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento deverão ser comunicados através do endereço de e-mail, publicado no edital.
7. Sua prova tem **40** questões, com **4** alternativas.
8. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início.
11. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva somente **1 (uma) hora e 30 (trinta)** após o seu início.
12. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
13. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.
14. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligar e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
15. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências.

BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – ORIENTADOR PROJOVEM – TNS GRUPO A

Leia o texto a seguir para responder as próximas quatro (4) questões.

Ser ou não ser voluntário em Copa e Olimpíada no Brasil?

Giancarlo Lepiani

O trabalho é cansativo e bem menos divertido do que muitos imaginam - mas ter a chance de participar dos megaeventos pode ser uma experiência inesquecível

O Brasil jamais recebeu uma Olimpíada e já conta mais de seis décadas desde a última vez que realizou uma Copa do Mundo. Ainda assim, é bastante difícil achar sinais inequívocos de empolgação popular pela realização desses eventos em 2014 e 2016. Em meio às incertezas sobre o grau de preparação do país e ao mistério sobre o volume de dinheiro público que será despejado na organização, os brasileiros ainda não entraram no clima de festa que costuma cercar os Jogos Olímpicos e o Mundial. Nas últimas duas semanas, porém, surgiu uma primeira manifestação positiva da população diante da contagem regressiva para esses dois grandes acontecimentos. De acordo com a Fifa e o Comitê Organizador Local (COL) da Copa de 2014, nenhum outro país-sede recebeu tantas inscrições de pessoas interessadas em participar do programa de voluntariado do Mundial - foram mais de 100.000 em apenas 15 dias, superando com folgas a meta inicialmente estabelecida (confira no quadro abaixo). Tamanha procura por uma vaga na Copa não chegou a surpreender: a chance inédita de fazer parte de um megaevento esportivo dentro de seu próprio país é mesmo uma ideia muito atraente, principalmente por quem é fanático por futebol. Ser voluntário num Mundial ou numa Olimpíada, entretanto, pode ter um impacto e uma importância ainda mais fortes do que o simples privilégio de acompanhar a festa do lado de dentro. Apesar das agruras que um voluntário pode ter de encarar, essa é uma experiência valiosa - e pode contribuir até para a trajetória profissional do candidato selecionado para o programa.

(...)

Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/ser-ou-nao-ser-voluntario-na-copa-do-mundo-e-na-olimpiada>. (fragmento). Acesso em 08/09/2012

01. Diante da leitura cuidadosa do fragmento do texto “Ser ou não ser voluntário em Copa e Olimpíada no Brasil”, entende-se que

- a) é equivocado pensar que não é muito difícil encontrar sinais de empolgação popular pela realização da Olimpíada e da Copa do Mundo.
- b) o crescimento profissional será mínimo para o voluntário que participar de um dos megaeventos, Olimpíada ou Copa do Mundo.
- c) embora o Brasil ainda não tenha sediado uma Olimpíada e tenha realizado uma Copa do Mundo há mais de 60 anos, a população já está empolgada diante da realização desses megaeventos.
- d) a pergunta apresentada como título do texto é exaustivamente discutida no fragmento.

02. Leia, analise sintaticamente o período a seguir e assinale a alternativa cuja afirmativa está correta.

“Em meio às incertezas sobre o grau de preparação do país e ao mistério sobre o volume de dinheiro público que será despejado na organização, os brasileiros ainda não entraram no clima de festa que costuma cercar os Jogos Olímpicos e o Mundial.”

- a) A oração “que costuma cercar os Jogos Olímpicos e o Mundial.” é uma subordinada explicativa.
- b) A oração principal desse período é “os brasileiros ainda não entraram no clima de festa”.
- c) A oração “Em meio às incertezas sobre o grau de preparação do país e ao mistério sobre o volume de dinheiro público” é uma subordinada adverbial de tempo.
- d) A oração “Em meio às incertezas sobre o grau de preparação do país e ao mistério sobre o volume de dinheiro público” é uma subordinada substantiva objetiva indireta.

03. “Apesar das aguras que um voluntário pode ter de encarar, essa é uma experiência valiosa - e pode contribuir até para a trajetória profissional do candidato selecionado para o programa.”

O termo destacado está sendo empregado no texto com o sentido de:

- a) surpresas.
- b) complexidades.
- c) incumbências.
- d) dificuldades.

04. Quanto à construção textual de “Ser ou não ser voluntário em Copa e Olimpíada no Brasil?”, pode-se afirmar que

- a) foi pensada tendo a Olimpíada de 2016 e a Copa do Mundo de 2014 como tema central.
- b) predomina a linguagem informal em oposição à norma culta.
- c) foram amplamente utilizados mecanismos de coesão que contribuem para organizar as ideias e dar progressão ao texto.

d) é evidente uma crítica incisiva do autor em relação ao despreparo do país e ao uso do dinheiro público para realizar os dois grandes eventos.

05. Até o final deste ano coexistirão as regras ortográficas atuais com o Novo Acordo Ortográfico em vigor desde janeiro de 2009. No que se refere ao Novo Acordo, há alguns casos em que havendo oscilação na pronúncia das sequências consonânticas é admitida a dupla grafia de uma palavra. Isso não acontece apenas em:

- a) aspecto - aspeto.
- b) corrupto - corruto.
- c) convicto - convito.
- d) sector - setor.

Uma estranha no ninho

Patrícia Melo

"Era possível transportar o ninho para outro local, mas isso certamente causaria um trauma para a pata, com possíveis consequências na saúde dos patinhos"

A Suíça é mesmo um país surpreendente. Acabo de descobrir que "as aves que aqui gorjeiam" podem até não gorjear como no Brasil, mas aqui elas são realmente ouvidas.

Eis a notícia que leio no jornal: as obras de um empreendimento imobiliário de alto luxo, em Ascona, composto por cinco prédios residenciais e orçado em cerca de 35 milhões de francos foram suspensas por ordem de Michele Barra, um dos proprietários da empresa Laudi, Barra & Briochi, responsável pelo projeto. Motivo: seus operários encontraram um ninho com uma pata chocando seus ovos na zona designada para escavação. Ao ser informado sobre a ave, Barra pediu para que as máquinas fossem desligadas, de modo a evitar o estresse do animal. Desde então, a pata realmente não tem motivo para se aborrecer: de dia ela enterra seus ovos e se esbalda no lago (afinal, o verão aqui não fica muito atrás do verão carioca) e só volta para o ninho quando seu lado de pata choca fala mais alto.

Barra afirma que era possível transportar o ninho para outro local, mas isso certamente causaria um trauma para a pata, com possíveis consequências na saúde dos patinhos. Pelos cálculos do empresário, a interrupção da obra será de no máximo duas semanas, tempo suficiente para que os patinhos nasçam, e a pata volte para o lago com seus rebentos a tiracolo.

Quem pensa que casos como este são exceções engana-se totalmente. Já no século passado, os patos suíços eram muito poderosos. Conta-se que naqueles tempos, devido às enchentes e inundações que assolavam Lugano, os patos invadiam a cidade sem a menor cerimônia, e passeavam nas ruas juntamente com os turistas. Esses eram os patos educados. Mas havia também os patos trombadinhas que entravam nas lojas e bancos para afanar guloseimas e assustar investidores.

A solução foi (além de construir um canal para dar vazão aos bichos) contratar um adestrador de animais (um mago patológico) para ensinar a essas aves folgadas dois valores que são estruturais nessa sociedade: ordem e respeito.

Hoje, os patos são bem mais civilizados do que muitos turistas que andam por aqui, emporcalhando a cidade.

É por isso que não me canso de dizer que a Suíça é realmente um país peculiar. Em que outra parte do planeta os patos seriam tratados com tanta gentileza?

Pensando bem, estou sendo injusta com o Brasil. Ao menos nos quesitos construtoras e patos o Brasil não fica muito atrás da Suíça. Pelo que tenho visto, a Delta vem tratando muito bem os seus patinhos. E ela nem teve que interromper o seu trabalho!

http://www.istoe.com.br/colunas-e-blogs/coluna/235430_UMA+ESTRANHA+NO+NINHO

06. Da leitura do texto "Uma estranha no ninho", não se deve concluir:

- a) Em nossos dias, os patos causam bem menos problemas na cidade, visto que se obteve êxito com duas soluções que foram aplicadas para resolver o caso.
- b) Por ocasião da escrita do texto, a autora encontrava-se no Brasil.
- c) Em termos de equiparação, o calor do verão, em Ascona, chega bem próximo ao do verão carioca.
- d) Na construção textual, a autora utilizou tanto a primeira como a terceira pessoa do discurso.

07. O texto é rico em detalhes, apresentando dois níveis de leitura, um aparente e o outro mais profundo cuja interpretação envolve conhecimento de mundo – especialmente notícias veiculadas pela mídia. Percebe-se que é necessária essa leitura em um nível mais profundo quando o leitor se depara com seguinte trecho:

a) "as obras de um empreendimento imobiliário de alto luxo, em Ascona, composto por cinco prédios residenciais e orçado em cerca de 35 milhões de francos foram suspensas por ordem de Michele Barra, um dos proprietários da empresa Laudi, Barra & Briochi, responsável pelo projeto."

b) "A solução foi (além de construir um canal para dar vazão aos bichos) contratar um adestrador de animais (um mago patológico) para ensinar a essas aves folgadas dois valores que são estruturais nessa sociedade: ordem e respeito.

- c) “Pensando bem, estou sendo injusta com o Brasil. Ao menos nos quesitos construtoras e patos o Brasil não fica muito atrás da Suíça. Pelo que tenho visto, a Delta vem tratando muito bem os seus patinhos. E ela nem teve que interromper o seu trabalho.”
- d) “Barra afirma que era possível transportar o ninho para outro local, mas isso certamente causaria um trauma para a pata, com possíveis consequências na saúde dos patinhos.”

08. No que diz respeito à pontuação empregada no texto, analise as afirmativas sobre os períodos a seguir, apontando V para Verdadeira e F para falsa. Depois, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

() “os patos invadiam a cidade sem a menor cerimônia, e passeavam nas ruas juntamente com os turistas.”

Vírgula: deveria ser retirada, pois as duas orações possuem o mesmo sujeito; poderia também ser mantida, mas devendo-se retirar a conjunção “e”.

() “A solução foi (além de construir um canal para dar vazão aos bichos) contratar um adestrador de animais *(um mago patológico)*.”

Parênteses: podem ser substituídos por vírgulas no trecho sublinhado; podem ser retirados da frase em itálico, mas esta deverá então ser antecedida por um travessão.

() “Desde então, a pata realmente não tem motivo para se aborrecer: de dia ela enterra seus ovos e se esbalda no lago (afinal, o verão aqui não fica muito atrás do verão carioca) e só volta para o ninho quando seu lado de pata choca fala mais alto.”

Dois pontos: deveriam ser retirados e substituídos por ponto final, pois é a única pontuação aceitável nesse caso.

- a) F; V; F.
b) V; V; F.
c) F; V; V.
d) V; F; V.

09. Analise as afirmações, a seguir, relacionadas a trechos do texto e assinale a alternativa correta.

I – Há intertextualidade em “Acabo de descobrir que ‘as aves que aqui gorjeiam’ podem até não gorjejar como no Brasil, mas aqui elas são realmente ouvidas.”

II – O período “Hoje, os patos são bem mais civilizados do que muitos turistas que andam por aqui, emporcalhando a cidade.” pode ser assim reescrito, sem nenhuma alteração do sentido: “Os patos são atualmente civilizados, mais até que os próprios turistas que caminham por aqui sujando a cidade.”

III – Em “Eis a notícia que leio no jornal:”, o vocábulo “eis” pode ser classificado como verbo, embora aqui signifique “aqui está”.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
b) Somente a afirmativa III está incorreta.
c) Somente as afirmativas I e III estão incorretas.
d) Todas as afirmativas estão corretas.

10. A redação oficial é o meio utilizado pelos órgãos públicos para redigir seus atos e comunicações oficiais. Sobre isso, assinale a alternativa incorreta:

- a) No tratamento impessoal dado aos assuntos tratados, o destinatário poderá ser um cidadão ou outro órgão público, ambos vistos de forma homogênea e também impessoal.
b) Ao redigir o texto, a clareza deve ser a qualidade básica, mas para atingi-la deve-se dar atenção às outras características relacionadas à redação oficial.
c) Nas comunicações oficiais, exige-se a formalidade, isto é, o uso do pronome de tratamento correto, de acordo com o nível da autoridade, além da polidez e da civilidade ao focar o assunto a ser tratado.
d) Deve-se utilizar a norma culta da língua nas comunicações oficiais, o que implica emprego de linguagem rebuscada.

CONHECIMENTOS GERAIS

11. O Supremo Tribunal Federal iniciou em meados deste ano o julgamento dos acusados do “esquema mensalão” (Ação Penal 470), fato este acompanhado de perto pela imprensa de todo o país. Analise as alternativas abaixo e assinale aquela que indica o nome do Ministro Relator desta ação:

- a) Min. Ricardo Lewandowski.
b) Min. Gilmar Mendes.
c) Min. Marco Aurélio.
d) Min. Joaquim Barbosa.

12. No dia 12 de agosto deste ano encerraram-se as Olimpíadas de Londres/2012. No quadro de medalhas, a participação do Brasil nessa olimpíada teve como saldo de medalhas de ouro:

- a) duas medalhas.
b) três medalhas.

- c) quatro medalhas.
- d) cinco medalhas.

13. O Município de Umbuzeiro/PB foi criado pela Lei n° 19, datada de:

- a) 02 de maio de 1890.
- b) 12 de maio de 1890.
- c) 20 de maio de 1890.
- d) 22 de maio de 1890.

14. Com base no estatuído pela Lei Orgânica Municipal, analise o enunciado abaixo e assinale a alternativa que apresente, na ordem respectiva, o correto preenchimento das lacunas:

“A criação, a organização administrativa e a supressão de distritos serão objetos de lei _____ respeitada a legislação _____ e dependerão de consulta prévia mediante _____, às populações diretamente afetadas.”

- a) federal – estadual – plebiscito.
- b) estadual – municipal – referendo.
- c) municipal – estadual – plebiscito.
- d) federal – municipal – referendo.

15. Observando o que dispõe a Lei Orgânica Municipal sobre o Plano Diretor do Município, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O Plano Diretor é o instrumento fundamental da política de desenvolvimento e expansão urbana.

II – Será elaborado com a cooperação da comunidade, através de suas instituições associadas.

III – O Plano Diretor incluirá metas para a zona rural do Município.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.

16. Analise as alternativas abaixo a assinale aquela que não apresenta uma das autonomias conferidas ao Município de Umbuzeiro/PB por sua Lei Orgânica Municipal:

- a) Autonomia político-administrativa.
- b) Autonomia externa (soberania).
- c) Autonomia financeira.
- d) Autonomia legislativa.

17. A Lei Orgânica Municipal estabelece em seu texto as competências privadas e comuns do município. São consideradas competências comuns, ou seja, competência do Município de Umbuzeiro, em parceria com a União e o Estado da Paraíba, exceto:

- a) Cassar licença que tenha concedido a estabelecimento que, em sua atividade prática, traga prejuízo à saúde, à higiene, ao sossego ou à segurança pública.
- b) Cuidar da assistência à saúde pública, da proteção e promoção das pessoas deficientes físicas e mentais.
- c) Estabelecer programas de construção de moradias de tipo popular, através do sistema de “mutirão”, visando à melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
- d) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

18. A Lei Municipal n° 26/98 institui o regime jurídico único:

- a) aos servidores da Administração direta, das Autarquias, das Fundações e Empresas Públicas.
- b) aos servidores da Administração direta, das Autarquias, das Empresas Públicas, e das Sociedades de Economia Mista.
- c) aos servidores da Administração direta, das Autarquias, das Fundações e das Sociedades de Economia Mista.
- d) aos servidores da Administração direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais.

19. Considerando expressamente os termos da Lei Municipal n° 26/98 acerca de cargos públicos, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidade prevista na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

II – A investidura em cargo público depende necessariamente de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

III – Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por Lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens II e III estão corretos.

d) Os itens I e III estão corretos.

20. Segundo a Lei Municipal nº 26/98, o regime jurídico único de que trata a lei tem natureza jurídica de

- a) direito público e privado.
- b) direito privado.
- c) direito público.
- d) direito civil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, foi regulamentado pelo Decreto nº 6.629/08. O Projovem tem por finalidade:

- a) Dar assistência Psicológica, social e educacional a todos os jovens de 15 a 17 anos de idade, no Brasil.
- b) Orientar os jovens infratores em todo território nacional, para uma melhor convivência familiar e comunitária.
- c) Executar ações integradas que propicie aos jovens brasileiros reintegração ao processo educacional, qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano.
- d) Executar ações socioeducativas que possam adequar os jovens a uma melhor qualificação profissional.

22. De acordo com o Decreto 6.629/08, é um dos objetivos do Projovem:

- a) Oferecer formação básica de comunicação oral, em língua portuguesa, matemática, informática, língua estrangeira e cidadania.
- b) Completar a proteção social básica à família, criando mecanismo que garanta a convivência familiar e comunitária.
- c) Oferecer serviços sócioeducativos, orientação emocional, profissional a todos os jovens no Brasil.
- d) Executar ações que facilitem a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho.

23. De acordo com o art. 4º do Decreto nº 6.629/08, atendendo aos critérios de seleção estabelecidos para cada modalidade, o Projovem destina-se a jovens na faixa etária de:

- a) De 0 a 14 anos.
- b) De 12 a 18 anos.
- c) De 07 a 14 anos.
- d) De 15 a 29 anos.

24. Analise as assertivas sobre o Conselho Gestor do Projovem – COGEP e marque a alternativa correta.

I – O COGEP, órgão colegiado e de caráter deliberativo, será a instância estadual de conjugação de esforços para a gestão e execução do Projovem.

II – O COGEP será coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelos Secretários-Executivos e por um Secretário Nacional dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, indicados pelos respectivos Ministros de Estado.

III – O COGEP contará com uma Secretaria-Executiva, cujo titular será designado pelo Secretário-Geral da Presidência da República.

IV – O COGEP será assessorado por uma comissão técnica, coordenada pelo Secretário-Executivo do Conselho, composta pelos coordenadores nacionais de cada modalidade do Projovem, indicados pelos titulares dos Ministérios que o integram.

V – Poderão ser convidados a participar das reuniões do COGEP representantes de outros órgãos ou instituições públicas, bem como representantes da sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

VI – O COGEP reunir-se-á trimestralmente ou mediante convocação do seu Coordenador.

- a) A assertiva I é incorreta e as demais assertivas são corretas.
- b) Apenas as assertivas II e V são corretas.
- c) As assertivas I e II são incorretas e as assertivas III, IV, V e VI corretas.
- d) Apenas as assertivas I, III e VI são corretas.

25. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por princípios. Marque a alternativa que apresenta o princípio incorreto.

- a) Dependência nacional.
- b) Autodeterminação dos povos.
- c) Igualdade entre os Estados.
- d) Solução pacífica dos conflitos.

26. A Lei nº 8.069/90 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Tendo como base nessa Lei, marque a alternativa correta.

- a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até dez anos incompletos e a adolescente aquela entre doze e dezessete anos de idade.
- b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até dez anos incompletos e a adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- d) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até sete anos incompletos e adolescência entre sete e dezoito anos de idade.

27. Avalie os conceitos a seguir e marque, de cima para baixo, V para o conceito verdadeiro, F para o conceito falso e, logo após, assinale a alternativa correta.

() A juventude como período preparatório. Nessa concepção, a juventude aparece como período de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para o mundo adulto.

() A juventude como etapa problemática. Nessa perspectiva, o sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento.

() O jovem como ator estratégico do desenvolvimento. A visão do jovem como ator estratégico do desenvolvimento está orientada à formação de capital humano e social para enfrentar os problemas de exclusão social aguda que ameaçam grandes contingentes de jovens e atualizar as sociedades nacionais para as exigências de desenvolvimento colocadas pelos novos padrões mundiais.

() A juventude cidadã como sujeito de direitos. Nessa visão, a juventude é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios.

- a) F, F, V, V.
- b) V, V, V, V.
- c) V, F, F, V.
- d) F, V, V, V.

28. O Capítulo I do Título VII da Lei nº 8.069/90 dispõe sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão, sem prejuízo do disposto na legislação penal.

De acordo com esse capítulo, é correto o que se afirma abaixo exceto na alternativa:

- a) Aplicam-se aos crimes definidos nessa Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.
- b) Privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente: Pena – abrandada mediante fiança.
- c) Deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada: Pena - detenção de seis meses a dois anos.
- d) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento: Pena - detenção de seis meses a dois anos.

29. Ainda sobre a Lei nº 8.069/90, Capítulo II, que trata das Infrações Administrativas, assinale a alternativa correta sobre as afirmativas a seguir:

I – Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

II – Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou adolescente a que se atribua ato infracional: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

III – Deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, independentemente das despesas de retorno do adolescente, se for o caso.

IV – Deixar o responsável por diversão ou espetáculo público de afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza da diversão ou espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

V – Anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, sem indicar os limites de idade a que não se recomendem: Pena – multa de três a vinte salários de referência, duplicada em

caso de reincidência, aplicável, separadamente, à casa de espetáculo e aos órgãos de divulgação ou publicidade.

- a) Está correto apenas o que se estabelece o item I.
- b) Está correto apenas o que se estabelecem nos itens II e V.
- c) Está correto o que se estabelece nos itens I, II, III, IV e V.
- d) Está correto apenas o que se estabelece nos itens I, II, IV e V.

30. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, como deve ocorrer a colocação da criança e do adolescente em família substituta?

- a) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.
- b) Ocorrerá somente através da realização de psicodiagnóstico, na criança e ou no adolescente, assim como na família substituta.
- c) Ocorrerá apenas por ordem judicial.
- d) Ocorrerá quando a criança e ou adolescente tiver pela família substituta afinidade emocional.

31. Assinale a alternativa incorreta sobre Família Substituta.

- a) “Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada”.
- b) “Tratando-se de maior de 16 (dezesseis) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência”.
- c) “Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais”.
- d) “A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar”.

32. De acordo com o Decreto n° 6.629, de 04/11/08, o Projovem é desenvolvido por meio de quatro modalidades. Assinale a alternativa que apresenta a modalidade incorreta:

- a) “Projovem Adolescente: direcionado a jovens entre 07 e 14 anos. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS é o responsável pela execução e gestão deste programa”.
- b) “Projovem Urbano: direcionado a jovens entre 18 e 29 anos. A Secretaria Geral da Presidência da República é a responsável pela execução e gestão deste programa”.
- c) “Projovem Campo – Saberes da Terra: direcionado a jovens entre 18 e 29 anos. O Ministério da Educação é o responsável pela execução e gestão deste programa”.
- d) “Projovem Trabalhador: direcionado a jovens entre 18 e 29 anos. O Ministério do Trabalho e Emprego é o responsável pela execução e gestão deste programa”.

33. Para ofertar o Projovem Adolescente – Serviço sócio-educativo, os municípios e o Distrito Federal deverão se enquadrar na(s) seguinte(s) condição(ões):

I – Habilitação nos níveis de gestão básica ou plena no Sistema Único de Assistência Social.

II – Existência de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, instalado e em funcionamento.

III – Demanda mínima de quarenta jovens de quinze a dezessete anos, de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, residentes no Município, com base no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO, de que trata o Decreto no 6.135, de 26 de julho de 2007.

Qual alternativa está correta em relação as afirmativas acima?

- a) Os municípios e o Distrito Federal deverão se enquadrar apenas nas condições apontadas nos itens I e III.
- b) Os municípios e o Distrito Federal deverão se enquadrar apenas nas condições apontadas nos itens II e III.
- c) Os municípios e o Distrito Federal deverão se enquadrar apenas na condição apontada no item II.
- d) Os municípios e o Distrito Federal deverão se enquadrar nas condições apontadas nos itens I, II e III.

34. Sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, assinale a alternativa que não é verdadeira.

- a) “A oferta do Projovem Adolescente poderá ocorrer no CRAS, em outra unidade pública ou em entidade inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme Decreto 6.308/2007, desde que disponham de espaço físico adequado para oferta do Serviço”.
- b) “A unidade pública ou a entidade deverá estar localizada no território de abrangência do CRAS e os serviços ofertados devem ser referenciados ao CRAS”.
- c) “Para o município ofertar o Projovem Adolescente de forma direta deverá realizar convênio com a entidade de assistência social para a oferta do serviço sócio-educativo. O município se responsabiliza pelo pagamento dos profissionais”.
- d) “Os imóveis destinados à instalação das bases físicas dos coletivos do Projovem Adolescente - Serviço Sócio-

educativo deverão exibir em local visível ao público, junto à sua entrada, placa indicativa de funcionamento do serviço sócio-educativo”.

35. Os jovens inseridos no Projovem Adolescente têm os seguintes compromissos, exceto o mencionado na alternativa:

- a) “Matricular-se e garantir a frequência escolar mínima de 85% para os jovens de 15 anos e de 75% para os jovens de 16 e 17 anos, monitorada pelo sistema educacional, em conformidade com as condicionalidades do Programa Bolsa Família”.
- b) “Frequência mensal mínima de 70% nas atividades do Projovem Adolescente, monitoradas pelo SUAS”.
- c) “Matricular-se e garantir a frequência escolar mínima de 75% para os jovens de 15 anos e de 70% para os jovens de 16 e 17 anos, monitorada pelo sistema educacional, em conformidade com as condicionalidades do Programa Bolsa Família”.
- d) “Respeito às normas de convivência do serviço sócio-educativo a serem pactuadas com os jovens no momento da implantação dos coletivos”.

36. Segundo Inez Silva de Almeida, Benedita Maria Rêgo Deusdará Rodrigues e Sonia Mara Faria Simões: I – “A adolescência é a fase da vida humana em que ocorrem transformações de ordem física, emocional e social. É justamente o conjunto de suas características que confere unidade ao fenômeno da adolescência”.

II – “A adolescência é uma etapa crucial e bem definida do processo de crescimento e desenvolvimento, cuja marca registrada é a transformação ligada aos aspectos físicos e psíquicos do ser humano”.

III – “A puberdade é o “relógio biológico” da adolescência, marcando o início das atividades hormonais que desencadeiam o conjunto de alterações corporais, como aumento na estatura e desenvolvimento ponderal/muscular”.

IV – “A adolescência pode ser caracterizada como o momento crucial do desenvolvimento do indivíduo, aquele que marca não só a aquisição da imagem corporal definitiva como também a estruturação final da personalidade”.

Dos conceitos a cima qual(is) está(ao) correto(s)?

- a) Os conceitos apontados nos itens I, II, III e IV.
- b) Apenas os conceitos apontados nos itens I, II e IV.
- c) Apenas os conceitos apontados nos itens II e IV.
- d) Apenas os conceitos apontados nos itens I, III e IV.

37. O Estatuto da criança e do Adolescente se baseou na Organização Mundial de Saúde (OMS) para definir o que é a fase da adolescência.

Marque a alternativa correta, segundo a definição da OMS.

- a) A Adolescência é uma fase da vida do ser humano, onde acontecem muitas mudanças físicas .
- b) A Adolescência é uma fase intermediária do desenvolvimento humano, entre a infância e a fase adulta. Este período é marcado por diversas transformações corporais, hormonais, e até mesmo comportamentais. Não se pode definir com exatidão o início e o fim da adolescência (pode variar de pessoa para pessoa), porém na maioria dos indivíduos ela ocorre entre os 10(dez) e 20(vinte) anos de idade.
- c) A Adolescência é uma fase entre os 12(doze) e 22 (vinte e dois) anos, na qual acontecem mudanças emocionais muito sérias e às vezes irreversíveis.
- d) A Adolescência é uma fase entre os 9 (nove) anos e 18 (dezoito) anos, na qual o ser humano sofre com mudanças físicas e psicológicas.

38. “O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal”:

Compete aos Municípios, exceto:

- a) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- b) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- c) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação municipal.
- d) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

39. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta:

- a) “Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pelo Conselho Tutelar”.
- b) “O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

c) “O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa”.

d) “Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta”.

40. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (ECA – art. 86).

São linhas de ação da política de atendimento, exceto:

a) Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

b) Políticas e programas destinados a propiciar o afastamento do convívio familiar, de crianças e adolescentes menores de dezesseis anos.

c) Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.

d) Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.